

HABEAS CORPUS Nº 549.084 - AM (2019/0358785-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS
ADVOGADA : FLAVIA LOPES DE OLIVEIRA - AM004382
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
PACIENTE : LUANDERSON BRANDÃO DE MATOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LUANDERSON BRANDÃO DE MATOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, no julgamento da Apelação Criminal n. 0622325-36.2017.8.04.0001.

Depreende-se dos autos que o Juízo da 8ª Vara Criminal da Comarca de Manaus/AM condenou o paciente, pela prática do crime tipificado no art. 14 da Lei n. 10.826/2003, à pena de 2 anos de reclusão, em regime inicial aberto, e multa, sendo a reprimenda corporal substituída por duas medidas restritivas de direitos (e-STJ fls. 74/80).

Irresignada, a defesa interpôs o recurso de apelação perante a Corte local, postulando, em síntese, a nulidade do processo, visto que a condenação do paciente foi baseada em provas ilícitas, colhidas após violação domiciliar, ainda, pleiteou a absolvição do ora paciente.

No entanto, a Segunda Câmara Criminal do TJAM, à unanimidade, negou provimento ao apelo defensivo, em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 99):

PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. ART. 14 DA LEI N. 10.826/2003. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA COMPROVADAS. CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Embora o recorrente alegue a violação de domicílio, a posse ilegal de arma de fogo é crime de natureza permanente. Assim, diante da prévia ciência de que o sentenciado estava em poder da arma, revelou-se dispensável a autorização judicial para que os policiais adentrassem na casa onde se encontrava acusado, ante a

Superior Tribunal de Justiça

situação de flagrância. Não há, portanto, ilicitude na prova obtida; 2. Apelação CONHECIDA e NÃO PROVIDA, em consonância com o parecer ministerial.

No presente *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a Defensoria Pública do Estado do Amazonas insiste na nulidade do processo desde o seu nascedouro, em razão da suposta violação de domicílio praticada pelos policiais militares, os quais não possuíam o consentimento do morador, tampouco autorização judicial.

Aduz que, no momento em que a Polícia Militar ingressou na casa do vizinho do Paciente, não havia certeza da existência do crime; o que se tinha, de fato, era expectativa de delito. Tanto assim o é, que foi necessário que as autoridades policiais VASCULHASSEM A CASA INTEIRA atrás de uma incriminação que tornasse concreta a suspeita, e somente encontraram o que queriam no FORRO DA CASA (e-STJ fl. 10).

Requer, liminarmente e no mérito, seja concedida a ordem para que seja declarada a nulidade do processo desde o início.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Superior Tribunal de Justiça

Suficientemente instruído o feito, dispensei as informações de praxe.

Dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator